



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Aproveitar os terrenos revertidos

Segundo os dados da Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes (DSSOPT), até Outubro do corrente ano, 84 terrenos foram declarados caducados, dos quais, apenas foram definidas as finalidades de 9; por outro lado, 75 terrenos ilegalmente ocupados já foram revertidos, dos quais, 57 já têm as finalidades para o seu uso determinadas, e os restantes 18 destinam-se à reserva de terrenos. Isto significa que ainda existem 100 terrenos sem a sua finalidade definida, de entre os terrenos recuperados por não aproveitamento e os ilegalmente ocupados.

O Governo da RAEM aproveitou 10 terrenos do Estado para a construção de instalações municipais provisórias, e está a construir habitação para troca, alojamento temporário, instalações públicas e residências para idosos no lote P dos novos aterros da Areia Preta, e o Governo tem planos para aproveitar o terreno junto à Avenida Wai Long para a construção de habitação pública. No entanto, muitos residentes esperam que o Governo aproveite melhor os terrenos que não têm os respectivos planos definidos, especialmente agora, pois são poucos os residentes que vão viajar devido à epidemia, por isso há uma maior necessidade de espaços para actividades e lazer, e para recintos desportivos. Porém, o Governo está sempre a afirmar que o Plano Director ainda não foi apresentado e que os planos de pormenor ainda não estão definidos, deixando muitos terrenos por aproveitar.

É de salientar que a Lei de Terras estabelece nove princípios a obedecer no que diz respeito à gestão e aproveitamento dos terrenos do Estado, onde se inclui o



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

“princípio do aproveitamento útil e efectivo dos terrenos”, que assegura o seu uso oportuno e racional, otimizando a utilização dos solos. Se o Governo não aproveitar adequadamente os terrenos recuperados, de certo modo, o sujeito do desaproveitamento passa a ser o Governo e não o particular, e, no terreno desaproveitado por largo período de tempo, vão crescer ervas daninhas e outros tipos de vegetação, levando a problemas ambientais e a aglomeração de insectos, entre outros, e isso acarreta custos administrativos para a manutenção destes terrenos.

Actualmente, já existe em Macau um determinado número de reserva de terrenos, portanto, os serviços competentes do Governo da RAEM devem aproveitá-los bem antes da publicação do planeamento urbanístico, a fim de evitar um “segundo desaproveitamento” dos terrenos.

Pelo exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Para além dos 10 terrenos do Estado destinados a zonas de lazer provisórias ou a campos livres, lançados no ano passado pelo Instituto para os Assuntos Municipais (IAM), quantos terrenos ainda se encontram em fase de estudo ou em construção de instalações comunitárias provisórias?
2. Antes da implementação do plano director e dos planos de pormenor urbanísticos, o Governo deve tomar a iniciativa de, através de cooperação interdepartamental, transformar mais terrenos, cuja finalidade ainda não foi definida, em instalações municipais provisórias, espaços de lazer, instalações



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

desportivas, ou estacionamento de veículos, com vista a racionalizar os recursos de solos e a satisfazer as necessidades da sociedade. Vai fazer isto?

3. Tendo em conta que já existe um determinado número de terrenos de reserva, vai o Governo, em conjugação com o planeamento urbanístico e a política de habitação, proceder a estudos sobre a construção de habitações económicas de forma permanente, com vista a atenuar a necessidade deste tipo de habitações?

12 de Novembro de 2021

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Lei Leong Wong